

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ECONOMIA

ANA CLARA VIDAL BONSANTO

**OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID 19 NA DESIGUALDADE DO
MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

JUIZ DE FORA - MG
2026

ANA CLARA VIDAL BONSANTO

**OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID 19 NA DESIGUALDADE DO
MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de
Juiz de Fora, como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Alexandre Zanini

Ficha catalográfica elaborada através do
programa de geração automática da
Biblioteca Universitária da UFJF, com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Bonsanto, Ana Clara Vidal.

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID 19 NA
DESIGUALDADE DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO /

Ana Clara Vidal Bonsanto. -- 2026.

36 f.

Orientador: Alexandre Zanini

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Economia, 2026.

1. Pandemia Covid-19. 2. Mercado de trabalho. 3. Desigualdades.
I. Zanini , Alexandre , orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
REITORIA - FACECON - Depto. de Economia

FACULDADE DE ECONOMIA / UFJF

ATA DE APROVAÇÃO DE MONOGRAFIA II (MONO B)

Na data de 25/06/2026, a Banca Examinadora, composta pelos professores

1 - Alexandre Zanini - orientador; e

2 - Flaviane Souza Santiago,

reuniu-se para avaliar a monografia da acadêmica **ANA CLARA VIDAL BONSANTO**, intitulada: **OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID 19 NA DESIGUALDADE DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**.

Após primeira avaliação, resolveu a Banca sugerir alterações ao texto apresentado, conforme relatório sintetizado pelo orientador. A Banca, delegando ao orientador a observância das alterações propostas, resolveu **APROVAR** a referida monografia.

ASSINATURA ELETRÔNICA DOS PROFESSORES AVALIADORES



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Zanini, Professor(a)**, em 25/06/2026, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Flaviane Souza Santiago, Professor(a)**, em 25/06/2026, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **3049566** e o código CRC **7D550BA9**.

Referência: Processo nº 23071.922536/2026-97

SEI nº 3049566

RESUMO

As desigualdades existentes no mercado de trabalho brasileiro na contemporaneidade são o reflexo de problemas estruturais da sociedade brasileira. É uma herança do período de escravidão vivido no país, que moldou as relações de trabalho a partir da abolição da escravidão. O mercado de trabalho é permeado por desigualdades sociais, raciais e de gênero, que foram intensificadas durante a vigência da pandemia da Covid-19, decretada no ano de 2020. A pandemia foi responsável por instaurar restrições de circulação, obrigação de fechamento de comércios, indústrias, escolas e demais empresas, somente os serviços essenciais que tinham permissão para funcionar, mas com regras para evitar a contaminação. Nesse cenário, o objetivo deste estudo é analisar quais são os impactos da pandemia da Covid-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro, que ampliou as desigualdades sociais e econômicas vigentes no país. A partir de uma revisão de literatura, com abordagem qualitativa e quantitativa, esse estudo levantou dados no IBGE e IPEA apresentando dados estatísticos e, em bases de pesquisa como Scielo e PubMed. Diante do observado no estudo, observou-se que a pandemia da Covid-19 se apresentou como um fator agravante para a crise do mercado de trabalho, que já existia desde 2014. A pandemia foi responsável por ampliar e intensificar as desigualdades do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo, desigualdades de gênero e raciais, bem como também ampliou a informalidade, favoreceu a precariedade do trabalho e a flexibilização, que afetou mais os trabalhadores mais vulneráveis, negros, jovens, mulheres e pessoas com menor escolaridade.

Palavras-chave: Covid-19, desigualdade, mercado de trabalho, pandemia, vulnerabilidade.

ABSTRACT

The inequalities existing in the contemporary Brazilian labor market reflect structural problems in Brazilian society. It is a legacy of the period of slavery experienced in the country, which shaped labor relations after the abolition of slavery. The labor market is permeated by social, racial, and gender inequalities, which were intensified during the COVID-19 pandemic, declared in 2020. The pandemic was responsible for imposing restrictions on movement, mandatory closures of businesses, industries, schools, and other companies; only essential services were allowed to operate, but with rules to prevent contamination. In this scenario, the objective of this study is to analyze the impacts of the COVID-19 pandemic on the Brazilian labor market, which amplified the existing social and economic inequalities in the country. Based on a literature review, with a qualitative and quantitative approach, this study collected data from IBGE and IPEA, presenting statistical data, and from research databases such as SciELO and PubMed. Based on the observations in this study, the Covid-19 pandemic exacerbated the labor market crisis, which had already existed since 2014. The pandemic amplified and intensified inequalities in the Brazilian labor market, particularly gender and racial inequalities, and also increased informality, precarious work, and increased flexibility, disproportionately affecting vulnerable workers, including Black people, young people, women, and those with lower levels of education.

Keywords: Covid-19, inequality, labor market, pandemic, vulnerability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Taxa de desocupação entre 1978 a 2020.....	17
Gráfico 2: Taxa de desocupação e nível de ocupação.....	21
Gráfico 3: Taxa de desocupação por gênero e raça	22
Gráfico 4: Informalidade por raça	23
Gráfico 5: Participação de homens e mulheres no mercado de trabalho	27
Gráfico 6: Nível de ocupação por sexo entre 2019 e 2023	27
Gráfico 7: Taxas de desocupação entre homens e mulheres de 2012 a 2024	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DIEESE	Departamento Internacional de Estatística e Estudos Socioeconômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 MERCADO DE TRABALHO: FUNDAMENTOS, PROBLEMAS ESTRUTURAIS...	12
3 OS IMPACTOS DAS CRISES ECONÔMICAS NO TRABALHO	16
4 A CRISE SANITÁRIA DA COVID-19 E SEUS IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO	18
4.1 A SITUAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO DURANTE E APÓS PANDEMIA.....	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, China, surgiu uma doença desconhecida provocada pelo Coronavírus, que promoveu profundos impactos na vida no mundo todo pouco tempo depois do seu aparecimento. O vírus altamente contagioso e letal se espalhou rapidamente pelo mundo todo fazendo com que a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretasse a pandemia da Covid-19 no ano de 2020 (WHO, 2020).

Em janeiro de 2020, a OMS divulgou dados sobre o vírus que estava causando o surto de pneumonia na China, publicando o seu código genético denominado o vírus de Coronavírus. Ao decretar a pandemia, a Organização Mundial da Saúde estabeleceu restrições para o convívio em sociedade, recomendando que as pessoas ficassem em casa, trabalhassem de maneira remota, evitem aglomerações a fim de evitar a propagação do vírus que era altamente transmissível e letal em alguns casos. Durante o ano de 2021 o mundo todo conviveu com restrições de circulação e de contato social e em 2022 algumas restrições foram mantidas visando controlar as contaminações pelo vírus e possibilitar o controle sobre a doença (HUANG et al., 2020).

O grande avanço da Covid-19 impôs a necessidade de adoção de estratégias epidemiológicas no intuito de promover a prevenção e também a desaceleração da transmissão do vírus impondo à sociedade um estado de emergência em função da insuficiente capacidade do sistema de saúde de absorver toda a demanda de atendimento médicos para os infectados e também pelo grande número de morte em todo o mundo (LIMA, et al., 2022).

A Covid-19, portanto, afetou todos os setores da vida da sociedade, principalmente a economia e o setor público de saúde, em razão das restrições de circulação e da grande ocupação hospitalar. O sistema de saúde teve inúmeros problemas durante a pandemia, pois a necessidade de atendimentos foi além da capacidade de todos os hospitais, a ausência de leitos de UTI para os casos mais graves, a sobrecarga dos médicos e dos demais profissionais de saúde, a ausência de medicamentos e

as altas taxas de mortalidade, foi um cenário comum que se repetiu por todo o mundo (MACHADO et al., 2022).

Assim, no cenário econômico, a pandemia foi responsável por uma forte recessão, gerando uma crise socioeconômica. Essa crise resultou em profundas transformações no mercado de trabalho, sobretudo, com a ampliação das desigualdades, precarização do mercado e maior vulnerabilidade dos grupos sociais mais desprotegidos (FERREIRA et al., 2020).

A classe trabalhadora foi bastante afetada de diferentes formas. Segmentos econômicos que demandavam presença física tanto do trabalhador quando de clientes sofreram grandes efeitos. O setor de serviços também foi impactado de maneira severa, como o caso do setor de turismo, hotéis, restaurantes, bares, shows, feiras, cinemas também foram muito impactados, pois não era permitida a circulação e aglomeração das pessoas nesses ambientes. Profissionais do setor da saúde, trabalhadores da linha de frente no enfrentamento da Covid-19 encontraram inúmeros desafios durante todo o período da pandemia. Eles chegaram à exaustão tendo em vista as condições extremas de trabalho, isolamento e dificuldades de contenção da doença (DANTAS, 2021)

Com isso, a crise econômica se intensificou durante o período de vigência da pandemia da Covid-19, ampliando a degradação do quadro socioeconômico do país. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelou que durante o ano de 2021, os níveis de desocupação alcançaram níveis recordes, ampliando as taxas de informalidade e de desigualdade social (IPEA, 2022).

Segundo os dados levantados havia 13,9% de pessoas desocupadas no Brasil. Os maiores prejudicados foram as mulheres, pessoas negras e trabalhadores de baixa escolaridade. Deste modo, o Brasil sofreu impactos considerados intensos para o mercado de trabalho, o que foi fundamental para ampliar a desigualdade social já existente no país (COSTA et al., 2022).

Diante disso, o problema desta pesquisa é investigar como a pandemia da Covid-19 foi responsável por acentuar a crise socioeconômica brasileira. É importante

compreender os impactos da Covid-19 no cenário social e econômico brasileiro, tendo em vista as importantes transformações ocorridas no mercado a fim de fomentar as discussões sobre políticas públicas capazes de promover a recuperação social e econômica do país, mas, sobretudo, da parcela da população mais prejudicada com os impactos da Covid-19.

Neste contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar quais os impactos provocados pela pandemia da Covid-19 no cenário do mercado de trabalho brasileiro sobre as desigualdades sociais e econômicas apresentadas no país. Bem como se tem como objetivos específicos discutir os efeitos da Covid-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro; investigar os grupos mais prejudicados pelas transformações socioeconômicas oriundas da pandemia da Covid-19 e analisar os aspectos relacionados às desigualdades do mercado de trabalho durante a pandemia, como desigualdade de gênero, racial, renda, informalidade e emprego.

Justifica-se esse estudo em função do impacto que a pandemia da Covid-19 representou, sobretudo, no mercado de trabalho. É necessário compreender os efeitos da pandemia sobre os trabalhadores brasileiros, dando especial destaque para os negros, de baixa escolaridade e para as mulheres trabalhadoras. Com isso, as transformações estruturais no mercado de trabalho advindas da pandemia representam um fenômeno novo, inesperado e que precisa ser analisado para fomentar políticas públicas eficazes para a redução de danos em um cenário semelhante.

Esse cenário diferente, que por si só já impactava a sociedade em geral, foi responsável por agravar as desigualdades sociais e econômicas do Brasil tendo produzido efeitos desproporcionais aos grupos mais vulneráveis, como mulheres, negros e pessoas com baixa escolaridade (BARBOSA; PRATES, 2020).

De acordo com Trovão e Araújo (2021) a crise socioeconômica originada na pandemia afetou todos os setores de trabalho, impactando a vida dos trabalhadores. Seja pela redução da jornada de trabalho, o desemprego, ou seja, pelo trabalho remoto, os trabalhadores viveram períodos de incerteza e insegurança.

Além disso, o mercado de trabalho brasileiro historicamente já sofria com importantes desigualdades responsáveis por causar a exclusão ou marginalização de determinados grupos, como mulheres e negros, por exemplo. Essas desigualdades se agravaram durante a pandemia ampliando a exclusão de mulheres, negros e pessoas com baixa escolaridade (FURCERI et al., 2022).

Por meio de uma revisão de literatura, com abordagem qualitativa e quantitativa, o presente estudo buscará fornecer dados coletados de fontes de pesquisa como IBGE e IPEA para demonstrar os dados estatísticos dos impactos da Covid-19 no mercado de trabalho do país. A revisão de literatura será realizada com a coleta em bases de pesquisa como Scielo e Google Scholar.

A presente monografia está organizada em mais cinco seções além desta Introdução. A segunda seção trata dos fundamentos e os problemas estruturais do mercado de trabalho brasileiro; a terceira disserta sobre os impactos das crises econômicas no mercado de trabalho e os reflexos da pandemia da Covid-19 no contexto econômico e do mercado de trabalho; a quarta seção discute a crise sanitária da Covid-19 e os seus impactos no mercado de trabalho, com destaque para a situação da mulher no mercado de trabalho durante e após a pandemia. Na quinta seção podem-se ver as considerações finais. Por fim encontram-se as referências bibliográficas.

2 MERCADO DE TRABALHO: FUNDAMENTOS, PROBLEMAS ESTRUTURAIS

O mercado de trabalho é um pilar importante para a sociedade, pois representa um ambiente econômico e social, que compreende os trabalhadores e as empresas. As relações entre empresas e trabalhadores definem o mercado de trabalho, sendo que essa relação é medida pela oferta e demanda, sendo que a demanda corresponde às vagas de emprego disponibilizadas pelas empresas e, oferta é o trabalhador buscando vagas para exercer uma atividade remunerada (STEFANO et al., 2020).

A estruturação do mercado de trabalho se deu a partir da industrialização e pela institucionalidade do Estado. O mercado de trabalho passou por importantes fases estruturais no século XX, em que entre 1850 e 1888 houve a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, entre 1889 e 1930 formou-se o mercado de trabalho estaduais, de 1931 a 1945 foram instituídas as bases para o mercado de trabalho urbano, a partir de 1964 até 1984 houve uma estruturação distorcida do mercado de trabalho nacional, de 1985 a 1990 se desenvolveram as bases de correção da estruturação do mercado de trabalho, a partir de 1991 até 2003 houve um momento de desestruturação e fragmentação do mercado de trabalho, entre 2004 e 2014 ainda que de maneira incompleta aconteceu a reestruturação dos mercados regionais e de 2015 a 2021 deu-se novamente a desestruturação e também desregulação dos mercados de trabalho (PRONI, 2023).

A partir de 1990, a desindustrialização e as políticas neoliberais modificaram a configuração do mercado de trabalho, com menores salários, menos trabalhadores protegidos e maior taxa de desemprego. Houve ainda o avanço da terceirização e restrições à expansão do emprego no setor público, promoveram um cenário de emprego desfavorável (PRONI, 2023).

Assim, o mercado de trabalho é um espaço de negociação e troca entre quem oferece seu talento ou capacidade e quem precisa desse talento ou capacidade e para isso paga pela capacidade da pessoa (DUTRA et al., 2017). Compreende uma relação em que a empresa compra o produto gerado pelo empregado, produzindo lucro ou prejuízo (STEFANO et al., 2020).

O mercado de trabalho brasileiro ainda hoje reflete uma realidade estrutural e multifatorial, relacionada com fatores econômicos, sociais e institucionais, que ampliam as desigualdades já existentes. Ainda é possível observar as características estruturais da era da industrialização associadas à modernidade, demonstrando a heterogeneidade do mercado atual (PRONI, 2023).

A sociedade brasileira era totalmente agrária e essa fase foi marcada por uma organização socioeconômica baseada na agricultura, pecuária e posse da terra. Após a dominação agrária houve um período de transição para uma sociedade baseada na industrialização e essa sociedade mais urbanizada teve como característica o desenvolvimento do capital, manutenção de desigualdades e exclusão social (POCHMANN, 2019).

A abolição da escravidão deu início à transição para o trabalho livre, com a substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre, composta majoritariamente por imigrantes europeus. Esse período foi marcado pela ausência de políticas públicas o que influenciou a marginalização dos ex escravos e sua exclusão do mercado de trabalho (POPINIGIS, 2023).

A partir da década de 1930, iniciou-se a industrialização e a intervenção estatal. Essas características foram essenciais para a construção de um mercado de trabalho urbano e formal. No século XX houve esforço para promover a industrialização do país, mas não se buscou paralelamente organizar o trabalho e a proteção social dos trabalhadores. Com isso, os negros, as mulheres e as pessoas menos escolarizadas ficaram de fora do mercado e sujeitadas a trabalhos precários, vulneráveis e com remuneração ruim. Tudo isso é reflexo de uma herança escravocrata que promoveu a exclusão de segmentos sociais e potencializou a precariedade do trabalho para esses segmentos (KREIN et al., 2022).

Durante esse período instituiu-se o trabalho assalariado, mas os direitos trabalhistas eram destinados a trabalhadores urbanos e formais. Nessa fase, a herança do período da escravidão promoveu a exclusão de segmentos sociais e potencializou a precariedade do trabalho para esses segmentos (KREIN et al., 2022).

Em 1980 houve aumento do desemprego e da informalidade no mercado de trabalho como resultado de uma reestruturação produtiva e abertura econômica. Além disso, durante esse período também houve maiores diferenças salariais e enfraquecimento do emprego afetando o trabalhador (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

Nos anos 90, houve uma intensificação de entrada de capital estrangeiro no país o que refletiu na ampliação da precariedade e flexibilização no mercado, resultaram em maior deterioração de vínculos e das relações de trabalho (POCHMANN, 2019).

Essas condições reforçam as desigualdades de gênero, raça e salário, em relação à idade, aprofundando a crise no mercado de trabalho. O aumento da informalidade e a manutenção das desigualdades sociais se tornaram marcas do mercado de trabalho contemporâneo (POCHMANN, 2019).

Um momento importante da organização do mercado de trabalho foi estigmatizado pela relação entre o capital e o trabalho. Nessa fase, o neoliberalismo teve destaque, houve a acumulação flexível de capital e as desigualdades se acentuaram (POCHMANN, 2019). O neoliberalismo acentuou a precariedade do mercado de trabalho, com mais postos de trabalho para baixa produção, flexibilização da legislação, redução dos direitos sociais e privatizações públicas (CUNHA et al., 2021).

O capitalismo é responsável por instaurar a superexploração da força de trabalho em associação com baixos salários, precariedade das condições oferecidas aos trabalhadores e concentração de renda e riqueza para poucos. Esses fatores são determinantes para aprofundar a desigualdade social no país (OLIVEIRA. PRONI, 2016). As desigualdades se tornaram marca do mercado de trabalho, resultado de uma herança histórica de exclusão estrutural da força de trabalho. Nesse período de transformação do mercado, homens negros e mulheres foram excluídos e não integraram a nova estrutura de mercado (KREIN et al., 2022).

Entre 2000 e 2014 houve um crescimento no mercado de trabalho, com consequente redução do desemprego e maior formalização do trabalho. Nesse período, foram instituídas políticas de inclusão social, valorização do salário e

também de expansão do crédito. Todo esse avanço não foi suficiente para eliminar as barreiras das desigualdades estruturais no mercado de trabalho (ANDRADE, 2022).

Em 2015 houve mais um momento importante para o mercado de trabalho, que culminou no aprofundamento das desigualdades que já existiam. Esse cenário contribuiu para maior fragilização do trabalho afetando a vida de milhares de trabalhadores (ANDRADE, 2022).

O mercado contemporâneo é marcado pela heterogeneidade e pela intensificação das transformações tecnológicas. O mercado tornou-se heterogêneo estruturalmente reforçando as diferenças existentes acerca da heterogeneidade de produção, a concentração de renda e a rotatividade das vagas de emprego. As desigualdades regionais também se apresentaram como um elemento a mais para a fragmentação do mercado e a expansão urbana desigual e influenciam a dinâmica do mercado de trabalho (OLIVEIRA; PRONI, 2016).

Todos esses fatores evidenciam que o mercado de trabalho reforça as desigualdades estruturais já existentes. As desigualdades estruturais entre grandes e pequenas empresas, entre trabalhadores formais e informais, entre empregados e desempregados, entre trabalhadores qualificados e não qualificados não foram superadas e ainda persistem impondo ao trabalhador um cenário desafiador. E, essas desigualdades são reforçadas, ao longo do tempo, por crises que geram a precarização do mercado de trabalho. (PRONI, 2023).

3 OS IMPACTOS DAS CRISES ECONÔMICAS NO TRABALHO

As crises econômicas têm papel fundamental na movimentação do mercado de trabalho. São responsáveis por afetar os níveis de emprego, a qualidade das vagas, os rendimentos e também as relações de trabalho. A primeira grande crise que o país vivenciou foi em 1929 e após essa crise houve um crescimento econômico elevado, alavancando a economia e o mercado de trabalho (SOUZA et al., 2024).

Em 1980 uma crise econômica foi responsável por aumentar o desemprego e a informalidade no mercado de trabalho, resultado de uma reestruturação produtiva e abertura econômica. Maior índice de desemprego, maiores diferenças salariais e fragilização do emprego foram características marcantes desse período (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

A crise mundial ocorrida em 2008 impactou a economia e com isso houve retração de investimentos das empresas e no consumo familiar. Em 2014 a economia apresentava estagnação e a recessão dos anos seguintes afetou bastante o mercado de trabalho e influenciou o rendimento dos trabalhadores (ORTEIRO et al 2023).

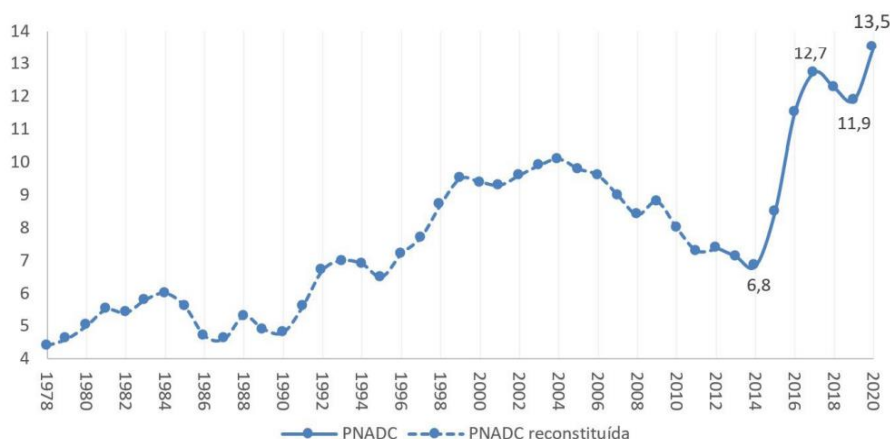
A partir de 2015, o mercado de trabalho passou por uma nova crise, que se intensificou por causa da recessão econômica, que estancou a sua expansão e ampliou as desigualdades já existentes. A recessão econômica de 2015 e 2016 foi um marco importante para o mercado de trabalho, pois o problema do desemprego ressurgiu e trouxe de volta a informalidade em níveis elevados. Em 2017 a flexibilização de direitos trabalhistas afetou os salários e o emprego (ORTEIRO et al., 2023).

O período compreendido entre 2014 e 2019 foi marcado por maior informalidade e os empregos gerados durante esse período eram postos de menor qualidade. Assim, fatores como fragilização do trabalho e a desproteção social afetaram a vida do trabalhador (ORTEIRO et al., 2023).

A crise que se iniciou em 2014 se estendeu até 2019, provocou um aumento na taxa

de desocupação no país. A taxa de desocupação que era de 6,98% em 2014 subiu para 12,7% no ano de 2017 e manteve-se no patamar de 12% até o ano de 2019 (MATTEI; HEINEN, 2022), conforme se pode observar no gráfico 01, a seguir:

Gráfico 1: Taxa de desocupação entre 1978 a 2020



Fonte: MATTEI; HEINEN, 2022, p. 45.

Mais recentemente, em 2020, a crise instalada pela pandemia da Covid-19 provocou impactos consideráveis no mercado de trabalho, sobretudo, na renda dos trabalhadores. O fechamento dos comércios, serviços e indústrias fizeram com que o mercado de trabalho sofresse com o desemprego, o aumento da informalidade, da subocupação e de maior enfraquecimento do trabalho (VILANOVA, 2024).

Esse período de crise sanitária também resultou no encerramento e redução das atividades de pequenas e médias empresas e fez com que as grandes empresas reestruturaram suas atividades para sobreviverem. Todas essas transformações sociais e econômicas impactaram a vida das pessoas e demonstraram a grande fragilidade do mercado de trabalho (VELOSO et al., 2020).

4 A CRISE SANITÁRIA DA COVID-19 E SEUS IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

Nesse contexto, a crise da pandemia da Covid-19 foi determinante para maior degradação do mercado de trabalho em todo o mundo, sobretudo, no Brasil. Assim, é importante considerar que o cenário pandêmico foi determinante para sobrecarregar os sistemas de saúde do mundo todo, provocou cerca de 14,9 milhões de mortes entre 1 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, em todo o mundo (WHO, 2022).

Além das mortes, a pandemia também refletiu no mercado de trabalho, em função do fechamento dos estabelecimentos de comércio, do setor de serviços, do entretenimento e da educação. Assim, todas as empresas de todos os setores adotaram medidas para impedir atendimento e o trabalho presencial (BOTH et al., 2021).

As restrições de funcionamento impostas aos variados setores da economia afetaram o consumo. Tais restrições provocaram uma queda na produção de bens e serviços e, conseqüentemente, afetando a demanda de trabalho, provocando retração no mercado de trabalho (COSTA et al., 2022).

No Brasil, a Covid-19 foi responsável por agravar os problemas da economia, que já vinham da recessão econômica ocorrida entre 2015 e 2017. Com a pandemia o impacto sobre o quadro socioeconômico do país fez com que as desigualdades no mercado de trabalho e as vulnerabilidades de determinados grupos fossem ampliadas (MATTEI; HEINEN, 2020).

As medidas de isolamento social refletiram na redução da atividade econômica em função das restrições sanitárias que foram aplicadas no mundo todo, como meio de frear a proliferação do contágio, tendo em vista a velocidade de contaminação e a imensa sobrecarga do sistema de saúde mundial que aconteceu rapidamente, foram determinantes para influenciar o nível de emprego e de renda das famílias. A pandemia, portanto, gerou uma crise socioeconômica que intensificou as desigualdades já existentes no país (TROVÃO, 2020).

A crise ampliou as desigualdades estruturais historicamente consolidadas no país. Os grupos mais vulneráveis sofreram mais e isso aprofundou as desigualdades já existentes nos países. Esse importante fenômeno socioeconômico multifacetado provocou transformações importantes no mercado de trabalho de modo que as disparidades já existentes se ampliaram (IBGE, 2024).

No Brasil, a pandemia foi responsável por ampliar a crise do mercado de trabalho que se estendia desde 2014. O Covid-19 instaurou uma crise econômica com efeitos significativos sobre o trabalhador, pois houve comprometimento da demanda e da oferta de trabalho (BARBOSA et al., 2020).

Barroso e Gama (2020) destacam que crises econômicas, humanitárias e sanitárias reforçam desigualdades de gênero, raça, território, regionalidade, renda e escolaridade. Desta forma, os mais vulneráveis sofrem mais com as crises, como aconteceu durante a pandemia da Covid-19, como é o caso das mulheres, que sempre foram consideradas inferiores aos homens.

A Covid-19 foi responsável por produzir o aumento das desigualdades de gênero, raça e idade no mercado de trabalho. Além disso, esse período também foi marcado pela maior dificuldade de reinserção no mercado de trabalho e perda de postos de trabalho. De modo geral, os mais vulneráveis, mulheres, jovens e negros, foram os mais prejudicados com a nova dinâmica do mercado de trabalho ocasionada pela crise sanitária (COSTA et al., 2022).

Outros segmentos do mercado de trabalho também foram afetados pela pandemia, como é o caso dos profissionais da área de saúde, trabalhadores remotos, professores que tiveram que atuar, mas à distância. Os trabalhadores dos setores essenciais além da sobrecarga ainda sofreram risco de contaminação e adoecimento. Todos esses fatores demonstram as desigualdades do mercado de trabalho que afetaram os trabalhadores durante a pandemia ainda que tenham sido temporárias, tais situações demonstram a segmentação que houve no mercado de trabalho durante a pandemia (BRIDI, 2020).

O mercado de trabalho brasileiro foi bastante impactado com a Covid-19 e isso associado aos números negativos dos anos anteriores promoveu efeitos socioeconômicos severos para a classe trabalhadora. Os grupos mais vulneráveis como negros, pobres, jovens, mulheres e pessoas menos qualificadas sofreram as maiores dificuldades no mercado de trabalho (CARVALHO et al., 2020).

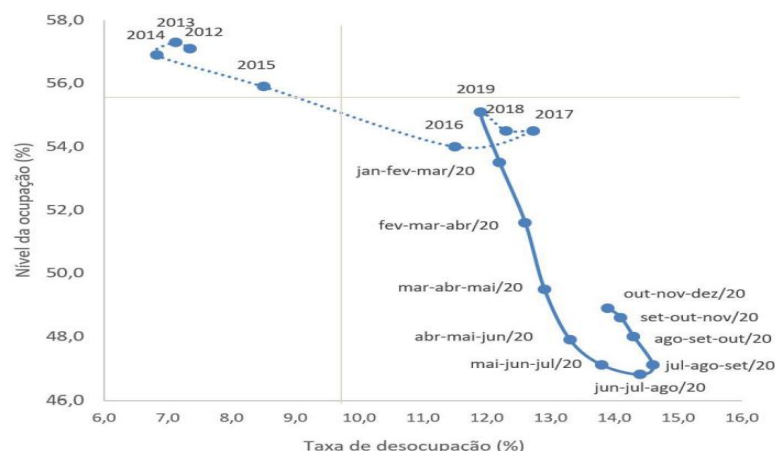
O período da pandemia impactou a classe trabalhadora e os mais vulneráveis, com o aumento do desemprego, maior informalidade, desproteção aos trabalhadores, menor renda e maiores desigualdades no mercado (BRIDI, 2020, VELOSO et al., 2020). Entre janeiro e junho de 2020, aproximadamente 10 milhões de pessoas saíram do mercado de trabalho brasileiro (MATTEI; HEINEN, 2022).

Esse período foi importante para a ampliação das desigualdades no mercado de trabalho. Esse processo fez com que a informalidade crescesse, o desemprego também cresceu, houve queda na renda dos trabalhadores e surgiram postos de trabalho mais precários. Contudo, trabalhadores com maior nível de escolaridade mantiveram seus empregos e exerceram suas funções a partir do teletrabalho. Essas diferenças foram determinantes para o aprofundamento da desigualdade socioeconômica vivenciada no país há anos (IBGE, 2024).

Dados revelam que durante o segundo trimestre do ano de 2020, o desemprego chegou ao patamar de 13,3% (COSTA et al., 2022). Ainda em 2020, o nível de ocupação nos país, que é a taxa de pessoas com 14 anos ou mais que trabalham, caiu de 55,1% ao final do ano de 2019, para 46,8% no período referente a julho e agosto deste ano de 2020.

De acordo com esses dados, mais da metade das pessoas ativas do país estavam desocupadas, durante o ano de 2020, período inicial da pandemia da Covid-19, momento mais intenso de restrições, isolamento e fechamento do comércio em função da necessidade de contenção do vírus para evitar mais contágios (MATTEI; HEINEN, 2022).

Esses dados são apresentados no gráfico 02:

Gráfico 2: Taxa de desocupação e nível de ocupação

Fonte: MATTEI; HEINEN, 2022, p. 46.

Para os setores de bens e serviços houve o desemprego, a redução de jornada, o *home office*, as férias forçadas, mas para outros setores, como o de saúde, entregadores de plataformas digitais, os teletrabalhadores, os professores, os trabalhadores informais e empreendedores houve a intensificação do trabalho (BRIDI, 2020).

Para estes últimos, trabalhadores informais e empreendedores, a desproteção estatal revelou a face da vulnerabilidade desse grupo de trabalhadores. Para os trabalhadores de atividades que foram elencadas como essenciais como é o caso do sistema financeiro, supermercados, farmácias e outros, além do trabalho intenso o risco de contaminação e adoecimento impactaram a sua vida profissional (BRIDI, 2020).

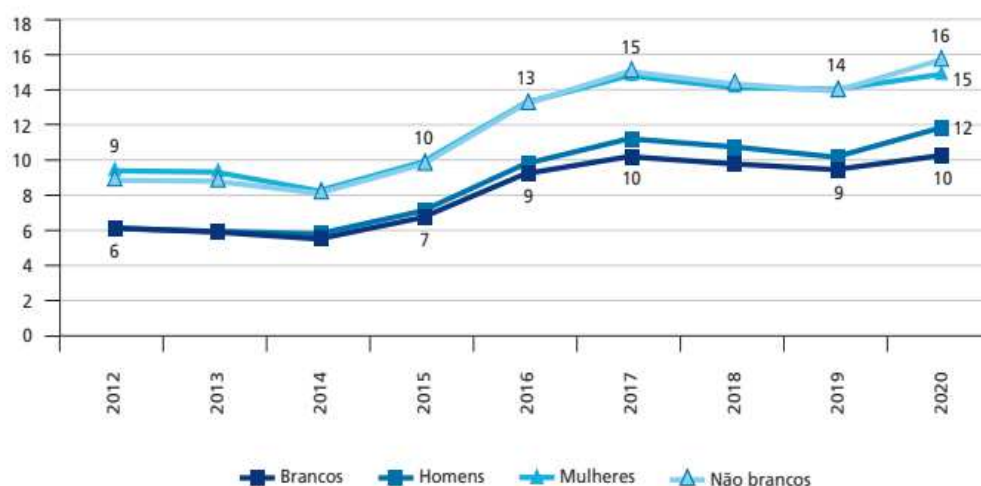
A população negra também foi fortemente impactada pela pandemia, sejam homens ou mulheres. A desigualdade racial também se apresentou como um fator relevante neste período, pois esse grupo social historicamente já sofre com a não equidade no mercado de trabalho. Essa parcela da população tem salários menores, estão no trabalho informal, são menos valorizados e com menor qualificação (MATTEI; HEINEN, 2020).

O período pandêmico foi responsável pela maior saída de trabalhadores

considerados vulneráveis do mercado de trabalho. Esse cenário reforça a ideia de que determinados grupos sociais são mais afetados por crises econômicas que outros. Essa desigualdade estrutural existente no mercado de trabalho reflete a estrutura social e econômica da sociedade (COSTA et al., 2022).

O gráfico 03 compara as taxas de desocupação entre homens, mulheres, negros e não negros no período entre 2012 e 2020, lembrando que a pandemia teve início em 2020:

Gráfico 3: Taxa de desocupação por gênero e raça



Fonte: COSTA et al., 2022, p. 13.

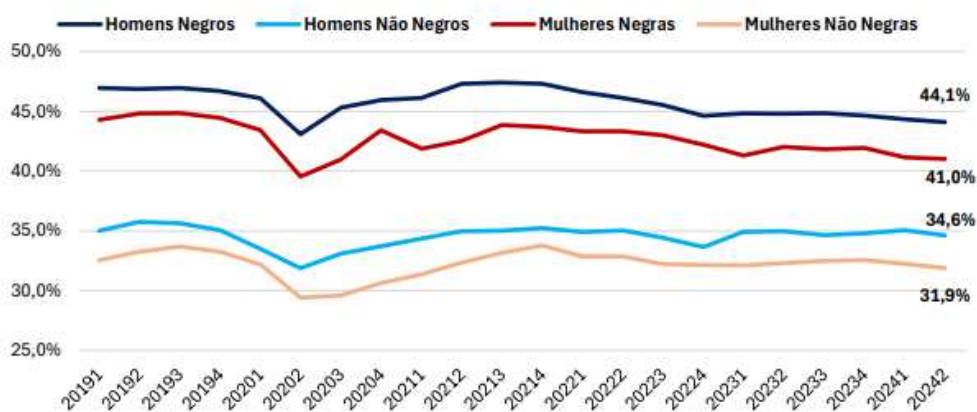
De acordo com o gráfico 03, o DIEESE (2023) revela que a maior taxa de desocupação na sociedade atual é de negros - 9,5% e de mulheres negras - 11,7%. Além disso, 39,2% dos negros ocupados no Brasil têm menor rendimento médio que os trabalhadores não negros.

A desigualdade racial no mercado de trabalho é uma realidade com origens na escravidão, que mesmo após sua abolição influencia o tratamento que negros recebem ainda hoje na sociedade. E, a crise sanitária da Covid-19 foi responsável também por ampliar essa informalidade. Esse foi um reflexo claro da pandemia que resultou em mais pessoas sendo inseridas na informalidade, sem carteira assinada, sem direitos garantidos, sem proteção social (COSTA et al., 2022).

Ainda que menor, a informalidade é um fator importante de desigualdade no mercado de trabalho. A PNAD Contínua apontou que em 2024, a informalidade afetava mais as mulheres negras que brancas, sendo 41% de mulheres negras na informalidade contra 30,8% de mulheres brancas na mesma situação (MTE, 2024).

Por outro lado, o número de homens negros na informalidade era de 44,1 enquanto homens brancos na informalidade eram 32%. Conforme os números a desigualdade histórica ainda permanece, revelando oportunidades diferentes para homens e mulheres e para negros e brancos (MTE, 2024). Essa disparidade é demonstrada no gráfico 04.

Gráfico 4: Informalidade por raça



Fonte: MTE, 2024, p. 3

Conforme observado no gráfico 04 a desigualdade racial se manifesta claramente no mercado de trabalho em diferentes oportunidades para negros e não negros, em poucos cargos de chefia ocupados por negros, em salários menores mesmo em cargos iguais, na precarização do trabalho e na informalidade (DIEESE, 2023).

Durante a pandemia, os brancos recebiam mais que os trabalhadores negros. Em média, homens brancos recebiam o equivalente a R\$4.055,94 e mulheres brancas recebiam R\$3.040,53 enquanto homens negros recebiam R\$2.395,81 e mulheres negras R\$1.877,59. Em 2023, os rendimentos alcançaram novo patamar de diferença, homens brancos recebem R\$4.229,79 e mulheres brancas recebem R\$3.246,50 por outro lado homens pretos recebiam R\$2.466,76 e mulheres pretas

recebiam R\$ 1.957,36 (CUNHA et al., 2025).

Tais dados reforçam que os grupos mais vulneráveis são os que sofreram efeitos mais intensos e severos da pandemia em relação à perda de renda e de emprego, bem como foram mais expostos à informalidade, exercendo atividades com risco sanitário e dupla jornada. Ainda assim, a renda desses trabalhadores negros caiu mais que dos demais, sobretudo, em 2020, período pandêmico. Durante a pandemia, trabalhadores negros foram mais afetados, pelos fatores já citados, perdas e eliminação de postos de trabalho, ocasionando uma queda duas vezes maior na sua renda (SOUZA, 2022).

Assim, com a decretação da pandemia da Covid-19, o mercado de trabalho, que já estava com elevada taxa de desocupação, sofreu uma queda ainda mais severa. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, em 2024, a taxa de desocupação para homens brancos era de 4,4%, para mulheres brancas era de 5,8% e para mulheres negras esse percentual chegou a 9,3% (MTE, 2025).

As distorções no mercado de trabalho em função da pandemia ampliaram os efeitos da crise social e econômica que perdurava desde 2015. Processos como afastamento e redução da jornada de trabalho afetaram trabalhadores formais e informais. No pico da crise, havia cerca de 13,5 milhões de pessoas desocupadas, o maior índice de desocupados no país segundo a série histórica. Contudo, o grupo mais afetado foi o de trabalhadores informais, que ficaram sem qualquer renda durante o período de vigência das restrições sanitárias (MATTEI; HEINEN, 2022).

A precariedade do trabalho também foi ampliada durante a Covid-19, reforçando a desigualdade de acesso aos postos de trabalho com mais qualidade. A precarização do trabalho é representada por más condições de contrato e trabalho e pelos diferentes níveis salariais. E essa precariedade reflete principalmente sobre os grupos mais vulneráveis (ARAÚJO; BRANDÃO, 2021).

Desta forma, é possível dizer que a Covid-19 se tornou responsável pela pior crise existente no mercado de trabalho. Os reflexos da crise sanitária provocaram uma crise socioeconômica no país, degradando o mercado de trabalho, ampliando as

desigualdades de gênero, renda, racial, foi responsável também por potencializar a informalidade e a precarização do mercado de trabalho. Os trabalhadores mais vulneráveis como negros e informais sofreram os maiores impactos sociais e econômicos ocasionados pela pandemia (CUNHA et al., 2025).

A crise foi responsável ainda por ampliar a vulnerabilidade da mulher no mercado de trabalho, reforçando a desigualdade de gênero, as diferenças salariais, de cargos e de níveis de ocupação para as mulheres (BORGES et al., 2023)..

4.1 A SITUAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO DURANTE E APÓS PANDEMIA

Historicamente homens e mulheres sempre ocuparam espaços diferentes na sociedade, inclusive no mercado de trabalho. Antagonismos e hierarquias de poder sempre existiram e se refletem ainda hoje, reforçando a desigualdade de gênero. Atualmente é possível observar que melhores condições sociais proporcionaram às mulheres melhores condições de vida, contudo, ainda existem diferenças entre homens e mulheres (MACHADO; MARCONDES, 2025).

Ainda que o mercado de trabalho tenha se modificado para as mulheres, que passaram a exercer cargos de nível superior, com melhores salários, essa mudança ainda não se aplica a todas as mulheres. Mulheres com menor escolaridade, negras e mais vulneráveis ainda exercem cargos mais inferiores, com menores salários e com menor qualidade em comparação aos homens (MACHADO; MARCONDES, 2025).

As mulheres ainda ocupam menos postos de trabalho, representando a menor parte da força de trabalho. Além disso, a desocupação e subocupação também afeta mais as mulheres. Entre 2012 e 2024, porém, a participação da mulher no mercado de trabalho cresceu de maneira discreta. Contudo, a participação feminina é maior no trabalho doméstico, representando 82,7% dos postos ocupados e, 90% das mulheres estão sem carteira (MTE, 2025).

As mulheres também são maioria em áreas de cuidados, incluindo educação, saúde, bem-estar e serviços. Nessas áreas, as mulheres ocupam 73,8% dos postos. Tais números mostram o avanço das mulheres no setor produtivo, mas atualmente, as mulheres ainda têm baixa representatividade no mercado, sobretudo, em cargos de liderança. Desta forma, fica evidente a discriminação de gênero e os fatores estruturais que mantêm essa desigualdade no mercado de trabalho (MTE, 2025).

Historicamente, a taxa de desocupação maior entre mulheres é um fato, que se exacerbou durante a pandemia. No início do ano de 2021, a taxa de desocupação entre mulheres pretas ou pardas foi de 21,4%. As mulheres brancas tiveram uma taxa de desocupação de 14,1%, valor próximo ao alcançado por homens pretos ou pardos (MTE, 2021).

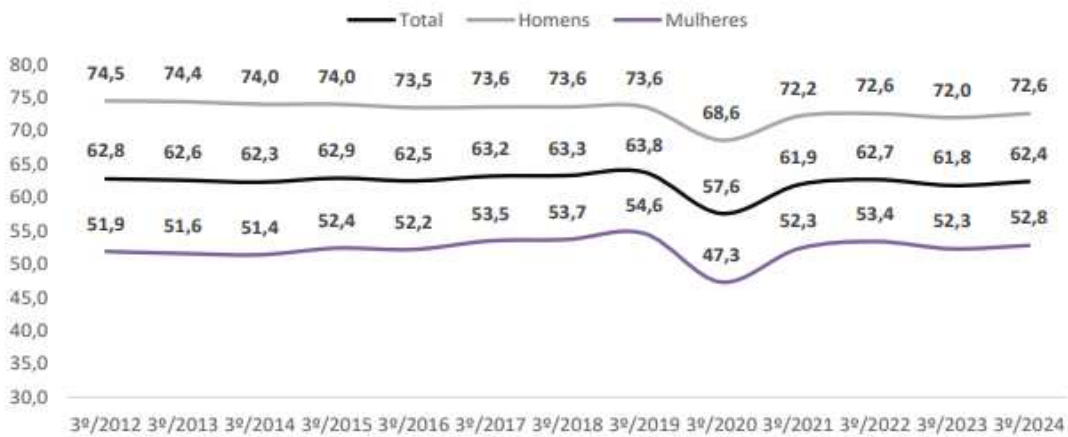
No mercado de trabalho, as mulheres foram mais afetadas que os homens, em decorrência da pandemia. A desigualdade e discriminação vigente no mercado proporcionaram que os efeitos fossem mais fortes para as mulheres trabalhadoras (BORGES et al., 2023, BARROSO; GAMA, 2020).

Em 2023, após a decretação do fim da pandemia, 64,6% das mulheres estavam fora do mercado de trabalho. A população feminina sofre com a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, independente do contexto de crise social. Essa desigualdade é um fator histórico que perdura ao longo do tempo, sendo que a participação da mulher no mercado de trabalho se consolidou a partir de 1970 (GUIMARÃES et al., 2016).

Entre 2012 e 2024, porém, a participação da mulher no mercado de trabalho foi menor em relação à participação dos homens. E durante a pandemia a taxa de mulheres no mercado de trabalho chegou a 50%, o menor índice considerando a série histórica (MTE, 2025).

O gráfico 05 a seguir apresenta essa comparação entre a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho desde 2012:

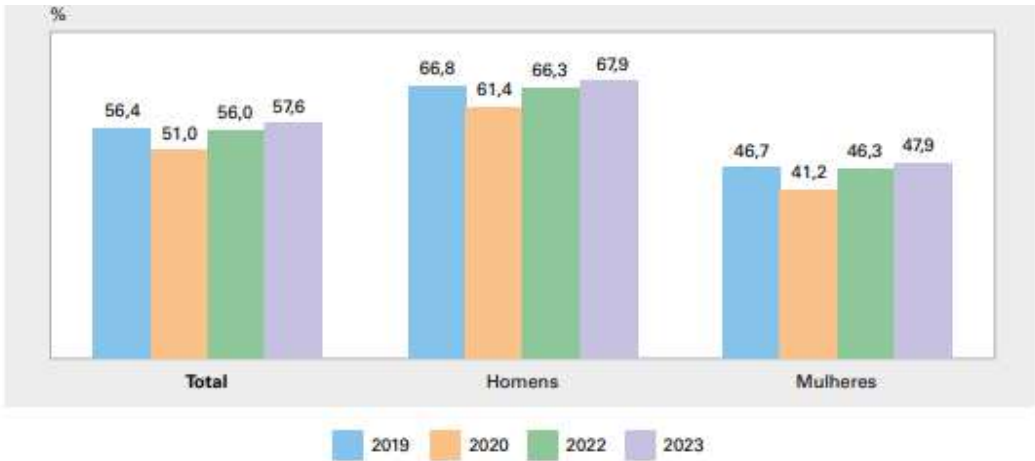
Gráfico 5: Participação de homens e mulheres no mercado de trabalho



Fonte: MTE, 2025, p. 2

Os níveis de ocupação no período pré e pós pandemia, gráfico 06, ainda possui disparidades, sendo que homens estão melhores inseridos no mercado em comparação com as mulheres. No ano de 2023 os homens representavam 67,9 %da força de trabalho contra 47,9% das mulheres (IBGE, 2024). Esses dados estão descritos no gráfico 06:

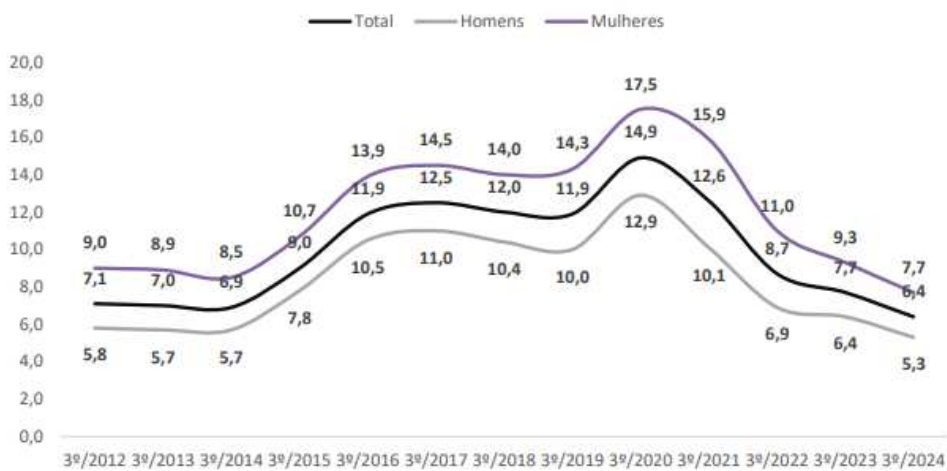
Gráfico 6: Nível de ocupação por sexo entre 2019 e 2023



Fonte: IBGE, 2024, p. 22.

O gráfico 07 mostra a série histórica comparando as taxas de desocupação entre homens e mulheres:

Gráfico 7: Taxas de desocupação entre homens e mulheres de 2012 a 2024



Fonte: MTE, 2025, p. 3

De acordo com o gráfico 07, a taxa de desocupação por gênero também reflete essa desigualdade, pois as mulheres compõem a maior porcentagem de desocupados no país desde 2012 até 2024. Esse índice chega a 7,7% enquanto os homens representam somente 5,3% da taxa de desocupação (MTE, 2025).

As mulheres na sociedade atual ainda ocupam postos de trabalho mais precários em comparação com os homens. Se percebe essa disparidade tanto na precarização quanto na flexibilização do emprego dedicado às mulheres. Compete às mulheres, negras ou brancas exercer funções trabalhistas com menor remuneração, com menor qualificação e com piores condições de contrato e de trabalho (COBO; OLIVEIRA, 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a decretação da pandemia da Covid-19, o mercado de trabalho sofreu grandes impactos ampliando a desigualdade estrutural já existente. Com o advento da Covid-19 e a imposição do isolamento social, muitas empresas fecharam suas portas, outras tiveram que passar para o trabalho remoto, como aconteceu com as escolas, serviços essenciais como saúde, por exemplo, não fecharam e os trabalhadores do setor ficaram sobrecarregados, com cargas horárias extensas, perigo de contaminação, excesso de trabalho para atender todas as pessoas contaminadas pelo vírus.

A Covid-19 impactou o mercado de trabalho, provocando desemprego, aumentando a subocupação, ampliando as desigualdades de gênero e de raça. E, mesmo após a pandemia o mercado de trabalho ainda sofre impactos dessa crise, com postos de trabalhos mais precários para as mulheres, maior taxa de desocupação para mulheres e negros e dificuldades de negros e mulheres de alcançarem melhores postos de trabalho.

Como visto no capítulo 2, o mercado de trabalho brasileiro é marcado por uma herança histórica de precarização, fragilização, desigualdades e grupos mais vulneráveis, como negros e mulheres. Tem uma estrutura heterogênea que reforça as disparidades existentes e as diferenças entre os grupos de trabalhadores e impacta a sociedade afetando o desenvolvimento socioeconômico do país.

Conforme demonstrado no capítulo 3, todo esse cenário de desigualdade do mercado de trabalho, histórico e estrutural, é sempre potencializado em momentos de crises sociais e econômicas. As crises econômicas geram profundos impactos na dinâmica do mercado de trabalho e a crise gerada pela Covid-19 afetou não só as relações de trabalho, promovendo a sua precarização, mas afetou os grupos mais vulneráveis, como mulheres, negros, trabalhadores informais, houve maior taxa de desocupação, menores níveis de emprego, menor qualidade do emprego e menor rendimento.

O capítulo 4 demonstra que o cenário pandêmico afetou a economia mundial.

Durante esse período as ofertas de trabalho sofreram queda, levando à retração do emprego. A Covid-19 fez com que funcionários foram alocados para o trabalho remoto, outros foram dispensados do trabalho, outros entraram de férias e os grupos mais vulneráveis, como mulheres, negros e trabalhadores informais, sofreram os maiores impactos desta crise.

Ainda no capítulo 4 ficou evidente que a classe trabalhadora sofreu com o desemprego, redução de renda, redução de oferta de postos de trabalho, menor proteção e maior precarização das vagas. A crise sanitária impactou severamente o mercado de trabalho, afetando os postos de emprego, a renda e as condições de trabalho em todo o mundo.

Houve aumento da informalidade, a mulher e o negro durante a pandemia se tornaram ainda mais vulneráveis e sofreram os maiores impactos da crise, com menores salários, maior taxa de desemprego e vagas de trabalho mais inferiores. Os grupos mais vulneráveis foram os mais afetados pela Covid-19 e aprofundaram as desigualdades já existentes.

Conclui-se que a pandemia da Covid-19 agravou problemas históricos e estruturais do mercado de trabalho e evidenciou a fragilidade das relações trabalhistas e da proteção social aos trabalhadores mais vulneráveis. Desigualdades de gênero, raça, renda e escolaridade se evidenciaram na pandemia e demonstraram a necessidade de políticas públicas para a igualdade de gênero, gere empregos, combate a informalidade e faça a inclusão social dos grupos mais vulneráveis.

Nesse contexto, a pesquisa apresenta como limitação a sua abrangência nacional, não se aprofundando nas desigualdades regionais existentes e os efeitos da pandemia em determinada região. Sugere-se que novos estudos, analisem as desigualdades no mercado de trabalho no pós-pandemia, investigando se os efeitos observados durante a crise permanecem de forma estrutural ou temporária. E, pode-se ainda investigar os impactos do teletrabalho e da digitalização no mercado de trabalho pós pandemia, visando identificar se essas novas formas tendem a ampliar ou reduzir as desigualdades do mercado de trabalho.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, D. P. Rodas históricas de neoliberalização no Brasil. **Contemporânea**, v. 12, n. 3, p. 675-708, 2022.

ARAÚJO, I. S. de; BRANDÃO, V. B. G. Trabalho e renda no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil. **Revista Práxis**, v. 2, p. 96–111, 2021.

BARBOSA, R.; PRATES, I. Efeitos do desemprego, do Auxílio Emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP9 36) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia. **IPEA – Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, n. 69, p. 65-79, jul. 2020.

BARROSO, H. C.; GAMA, M. S. B. A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia da COVID-19 para as mulheres no Brasil. **Revista do CEAM**, v. 6, n. 1, p. 84–94, 2020.

BORGES, M. A. et al. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho e a pandemia da Covid-19: uma análise dos impactos da crise no Brasil à luz da economia feminista. **Disciplinarum Scientia**, v. 19, n. 1, p. 45–59, 2023.

BOTH, L. M. et al. Covid-19pandemic and social distancing: economic, psychological, family, and technological effects. **Trends Pstchiatry Psychother**, v. 43, n. 2, p. 85-91, 2021.

BRIDI, M. A. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 141-165, 2020.

CARVALHO, S.S. et al. Análise das transições no mercado de trabalho brasileiro no período da Covid-19. **Carta de Conjuntura**, n. 49, 2020.

COBO, B.; OLIVEIRA, B. M. M. de. Desigualdades no mercado de trabalho brasileiro: uma proposta de conceituação e mensuração do trabalho precário sob a lupa da interseccionalidade. **Rev. Bras. Estud. Popul.**, v.41, 1-24, e0260, 2024.

COSTA, J. S. et al. Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da Covid-19. In: SILVA, S. P. et al. Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil. **Textos para discussão - IPEA**, n. 2684, p. 307-334, 2022.

CUNHA, B. C. L. da et al. Mercado de trabalho e pandemia: uma análise da vulnerabilidade dos trabalhadores com recorte de cor/gênero. **Revista Foco Interdisciplinary Studies**, v. 18, n. 6, p. 1-18, 2025.

CUNHA, S. F. da et al. Reforma trabalhista e relações de trabalho no Brasil: por quem os sinos dobram?. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 24, n. 1, p. 103-117, 2021.

DANTAS, E. S. O. Saúde mental dos profissionais de saúde no Brasil no contexto da pandemia por Covid-19. **Interface**, v. 25, n. 1, p. 1-9, 2021.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Boletim Especial** – Dia da Consciência Negra 2023. São Paulo: DIEESE, 2023.

DUTRA, J. S.; et al. **Gestão de Pessoas**: realidade atual e desafios futuros. São Paulo: Atlas, 2017.

FERREIRA, D., et al. Impactos socioeconômicos da Covid-19: ruptura e perspectivas para as perdas não técnicas. **Textos para Discussão do Setor Elétrico**, n. 93, p. 1-39, 2020.

FURCERI, D. et al. COVID-19 Have Long-Lasting Effects on Inequality? Evidence from Past Pandemics. **The Journal of Economic Inequality**, v. 20, p. 811-839, 2022.

GUIMARÃES, N. A. et al. Mercantilização no feminino: a visibilização do trabalho das mulheres no Brasil. **RBCS**, v. 31, n. 90, p. 17-39, 2016.

HUANG, C., et al. Clinical features of patients infected with 2019 novel coronavirus in Wuhan, China. **The Lancet**, v. 395, n. 10223, p. 497-506, 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desemprego, informalidade, subutilização e inatividade**, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/268-retratos-indicadores/retratos-indicadores-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 25 fev. 2026.

KREIN, J. D.; et al. Trabalho no Brasil: desafios e perspectivas. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**, v. 47, n. 256, p. 293-317, maio/ago. 2022.

LIMA, A. F. S., et al. Dilemas éticos durante a pandemia de covid-19. **Revista Bioética**, v. 30, n.1, p. 19-26, 2022.

MACHADO, V. M.; MARCONDES, G. dos S. A inserção das mulheres no mercado de trabalho pós pandemia. In Semana da Demografia Diálogos Pertenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais. **Anais...**, 2025. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais-terceira-semana-demografia/arquivos/populacao-educacao-e-trabalho/a-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-pos-pandemia-2020-2024.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2025

MACHADO, M. H. et al. Perfil e condições de trabalho dos profissionais da saúde em tempos de covid-19: a realidade brasileira. In: PORTELA, M. C., REIS, L. G. C., & LIMA, S. M. L., (Eds). **Covid-19**: desafios para a organização e repercussões nos sistemas e serviços de saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 283-295, 2022. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/kymhj/pdf/portela-9786557081587-21.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2026.

MATTEI, L; HEINEN, V. L. Balanço dos impactos da crise da Covid-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro em 2020. **R. Katálisis**, v. 25, n. 1, p. 43-61, 2022.

MATTEI, L; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 40, n. 4, p. 647-668, 2020.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Desafios da mulher no mercado de trabalho: desigualdade de gênero e racismo persistem**, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/marco/desafios-da-mulher-no-mercado-de-trabalho-desigualdade-de-genero-e-racismo-persistem/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Boletim sobre a Desigualdade Racial no Mercado de Trabalho**. Brasília: MTE, 2024.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Mercado de trabalho e empregabilidade da mulher**. Brasília: MTE, 2021.

OLIVEIRA, T.; PRONI, M. W. Um mercado de trabalho heterogêneo e flexível: um problema persistente no Brasil. **Revista da ABET**, v. 15, n.2, p. 60-86, dez. 2016.

ORTEIRO, D. T. de M. et al. Mercado de trabalho brasileiro em crise: dinâmicas e transformações pré-pandêmicas (2013-2019). **Revista de Ciências Sociais**, n. 59, p. 129-145, 2023.

POCHMANN, M. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 89-99, 2019.

PRONI, M. W. Estruturação e desestruturação do mercado de trabalho no Brasil. **Texto para Discussão**, n. 454, p. 1-57, 2023.

POPINIGIS, F. A emancipação da quase exclusiva classe trabalhadora do país – a classe escrava? Disputas por indenização e salários na década da abolição. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 15, p. 1–25, 2023.

SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SOUZA, L. A. V. de et al. Crises econômicas pós-redemocratização: inflação e desemprego no Brasil nos últimos 20 anos (2002-2022). **Revista Gest. Anál.**, v 13, n. 2, p. 35-49, 2024.

SOUZA, P. H. G. F. de. A pandemia de Covid-19 e a desigualdade de renda. In: SILVA, S. P. et al. **Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2022.

STEFANO, S. R.; GOMES, J. L. P.; BERNARDIM, M. L. et al. Mercado de trabalho e políticas públicas de emprego e renda. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. 1-26, 2020

TROVÃO, C. J. B. M.; ARÁUJO, J. B. de. Desigualdade multidimensional, insuficiência socioeconômica e concentração de renda no Brasil a partir de uma olhar macrorregional. **INICT/PPED**, v.9, n.1, p. 121-157, 2021.

TROVÃO, C. M. A Pandemia da covid-19 e a Desigualdade de Renda no Brasil: Um Olhar Macrorregional para a Proteção Social e os Auxílios Emergenciais. **Textos para Discussão/UFRN**, I, n.004, p. 1-34, 2020.

VELOSO, F., et al. **Mudança no padrão de recuperação do emprego após a última recessão e sua relação com a produtividade do trabalho**, 2020. Disponível em: https://ibre.fgv.br/sites/ibre.fgv.br/files/arquivos/u65/padrao_de_recuperacao_do_employment_apos_a_ultima_recessao_e_sua_relacao_com_a_produtividade_do_trabalho_final_16032020.pdf. Acesso em: 18 mar. 2026.

VILANOVA, W. S. Os impactos da pandemia da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro: o dilema entre a vida e o emprego. **Informe Econômico**, a. 26, v. 49, n. 2, p. 113-125, 2024.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global excess deaths associated with COVID-19 (2020–2021)**. Geneva: WHO, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/05-05-2022-14.9-million-excess-deaths-were-associated-with-the-covid-19-pandemic-in-2020-and-2021>. Acesso em: 15 mar. 2026.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO declares Public Health Emergency on novel coronavirus**. Geneva: WHO, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/en/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>. Acesso em: 10 mar. 2026.